



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

REQUERIMENTO Nº , DE 2023
(Do Sr. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ)

Requer a realização de Audiência Pública, nesta Comissão, para a promoção de debate com autoridades competentes acerca dos riscos de induzir crianças a fazer transição de gênero.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex^a., nos termos do art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de **Audiência Pública** nesta Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, para a promoção de debate com autoridades competentes acerca dos riscos de induzir crianças a fazer transição de gênero.

Nestes termos, indico como convidados as seguintes autoridades:

- Dra. Carla Serrano Bilynskyj, Médica Neonatologista;
- Dr. Vinicius Benites, Médico Neurocirurgião;
- Dra. Akemi Shiba, Médica Psiquiatra; e
- Representante do Instituto Isabel;

JUSTIFICAÇÃO

A realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, tem como objetivo debater, com as devidas autoridades competentes, acerca dos riscos de induzir crianças a fazer transição de gênero.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

Conforme noticiado pelo Jornal Gazeta do Povo¹, tem se tornado cada vez mais comum: pais e mães postam nas redes sociais, com orgulho, que estão transacionando os filhos. Celebram cada dose de hormônio – que, dependendo da idade da aplicação, pode deixar um menino infértil para o resto da vida. Comemoram quando meninas retiram as mamas em busca de se afirmar meninos. A verdade é que, à parte os posts, as reportagens de jornal e os vídeos de influencers que ensinam a comprar os medicamentos para utilizar por conta própria, a realidade é muito mais cruel, com danos irreversíveis.

No último 12 de março, dezenas de pessoas que “detransicionaram” postaram suas histórias de arrependimento nas redes sociais com a hashtag #DetransAwarenessDay (Dia da Conscientização Detrans). A onda que vem de outros países é um alerta para o Brasil.

“Com a resolução do Conselho Federal de Medicina número 2.265/2019, crianças com oito anos podem fazer o bloqueio da puberdade a título experimental. E cirurgias de transição estão autorizadas a partir dos 18 anos. Antes era aos 21”, afirma a psiquiatra Akemi Shiba. “O curioso é que o sistema de saúde brasileiro só autoriza a operação de vasectomia em pessoas com menos de 21 anos ou dois filhos vivos” – até recentemente, a idade era ainda mais alta, 25 anos.

Existe, de fato, um movimento de aceleração de processos em direção à transição de gênero de crianças e adolescentes. Na Suécia, onde os procedimentos são autorizados desde 1972, o pesquisador Mikael Landé, professor da universidade de Gotemburgo, identificou que a quantidade de casos se manteve estável até o início da década passada. Desde então, dispararam 2.300%, com aumento da incidência de pedidos de meninas desejando transicionar – até então os meninos eram maioria.

Cada vez mais facilitados, e com a proteção da lei, os procedimentos do gênero são desproporcionais à demanda real. O DSM-5, o manual de diagnóstico de transtornos mentais produzido pela Associação Americana de Psiquiatria e utilizado mundialmente para clínica e pesquisas, descreve a disforia de gênero como incongruência de gênero [1https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/esterilidade-danos-psiquicos-riscos-criancas-transicao-de-genero/](https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/esterilidade-danos-psiquicos-riscos-criancas-transicao-de-genero/)





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

com duração de pelo menos seis meses, caracterizada pelo forte desgosto com a própria anatomia sexual, com sofrimento significativo. E aponta que os casos confirmados clinicamente são raros: de 0,002% a 0,003% das mulheres e 0,005% a 0,014% dos homens preenchem os critérios diagnósticos.

Ainda assim, uma pesquisa realizada pela Faculdade de Medicina de Botucatu da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e divulgada em novembro passado, com base em entrevistas com 6 mil pessoas de 129 municípios, indica que o percentual de pessoas que se identifica como transgênero ou não binárias é dezenas de vezes maior: 1,9%. O DSM-5, aliás, segue uma linha diferente da aplicada pela Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID 11), desenvolvida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que desde janeiro deste ano deixou de considerar a disforia de gênero como uma doença.

“Existe uma tendência de induzir jovens a fazer tratamentos invasivos, com impactos enormes para sua saúde, sem resolver as questões de fundo que provocaram a doença”, explica Akemi Shiba. “A adolescência é, por natureza, uma fase de grandes mudanças. Não é um bom período para decidir coisas que vão interferir no desenvolvimento, como cirurgias e aplicação de hormônios”. Na maioria dos casos, afirma ela, as dúvidas com relação ao próprio gênero sexual serão sanadas até a chegada da fase adulta, com – ou mesmo sem – ajuda de psicoterapia.

Como resultado, diz a professora, “vemos mulheres na fila do Sistema Único de Saúde, esperando para tratar câncer de mama com cirurgia, enquanto jovens retiram as mamas para fazer a transição de gênero. Por outro lado, as pessoas que desejam reverter os procedimentos não contam com a mesma agilidade”.

O “Dia da Conscientização Detrans” quis mostrar como a campanha disseminada pela aceleração dos processos de transição de gênero entre jovens deixa para trás pessoas arrependidas. No Brasil, outras iniciativas tentam impedir decisões precipitadas que podem prejudicar para sempre a vida de uma pessoa. Em abril de 2021, durante o Fórum Nacional sobre Violência Institucional contra Crianças e Adolescentes,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

promovido pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), Robert Diego, de 34 anos, apresentou sua experiência pessoal.

“Me descobri como transexual em 2010, aos 15 anos, e decidi transicionar. Nada disso solucionou meus conflitos”, ele relatou. “Há uma inflação de casos por modismo, através de youtubers, de programas de televisão. Que tipo de influência é essa que não pode ser questionada? Muitas pessoas estão sendo manipuladas, mesmo não sendo transexuais”. Foi só aos 27 anos que ele reverteu o processo.

Já na Inglaterra, uma mulher de 23 anos processou, em 2020, o sistema de saúde público britânico (NHS), alegando que sua opção por fazer a transição deveria ter sido questionada pelas autoridades de saúde, já que ela não tinha condições de tomar sozinha, tão jovem, uma decisão tão drástica.

Ela recebeu tratamento com bloqueadores de puberdade e com hormônios masculinos a partir dos 16 anos, além de retirar as duas mamas. “Inicialmente, me senti muito aliviada e feliz, mas acho que, à medida que os anos foram passando, me senti cada vez menos entusiasmada ou feliz”, declarou, em 2020. Keira, que agora vem tentando reverter as mudanças que provocou em seu corpo, venceu o processo.

Segundo um documento da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia sobre o cuidado a pacientes transgêneros, as terapias hormonais podem ter diversos efeitos colaterais. No caso de pacientes nascidas mulheres que iniciam o processo para transicionar para o gênero masculino, os primeiros efeitos do processo de aplicação de testosterona começam entre 1 a 6 meses do início das aplicações.

Os efeitos colaterais mais comumente observados nessa população são eritrocitose (aumento da produção de glóbulos vermelhos), hipertensão arterial, ganho de peso, disfunções no fígado, surgimento ou piora da acne, alterações psicológicas e comportamento agressivo. Outras possíveis consequências da terapia androgênica são o desenvolvimento de neoplasias (câncer), especialmente de mama, útero, ovário e vagina.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

No caso de pacientes nascidos homens que querem alterar seu biotipo para se assemelharem aos corpos femininos, há a estrogenerioterapia, com a aplicação do hormônio estrogênio. Os efeitos começam a partir dos 3 meses do início da terapia. Entre os danos colaterais que podem surgir estão o ganho de peso, elevação da pressão arterial, perda de massa muscular, trombose, derrame, embolia pulmonar, alterações no fígado e câncer (especialmente de próstata e de mama), além de alterações de humor e comportamento.

Importante ressaltar que, nos dois casos, depois de certo tempo - que varia de acordo com cada paciente - a terapia hormonal leva à esterilidade irreversível. Além disso, normalmente o processo de transição inclui ainda a realização de cirurgias, que, por envolverem a retirada de órgãos, não podem ser simplesmente desfeitas. "Esse aumento de tratamentos invasivos para disforia de gênero vai impactar uma geração inteira", lamenta Akemi Shiba.

É necessário, portanto, que esta Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial autorize a realização da Audiência Pública para que os devidos debates sobre o tema sejam realizados. Por isso, conto com a aprovação dos pares para aprovação do requerimento.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 2023.

DEPUTADO DELEGADO PAULO BILYNSKYJ
(PL-SP)

